

XXIV ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – XXIV ENANCIB

ISSN 2177-3688

GT Especial

#CAPACITISMO E SUAS REPRESENTAÇÕES NO INSTAGRAM

#CAPACITISM AND ITS REPRESENTATIONS ON INSTAGRAM

Giulianne Monteiro Pereira Marques – Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

Isledna Rodrigues de Almeida – Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

Izabel França de Lima – Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

Modalidade: Trabalho Completo

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo identificar representações capacitistas que fazem referência às pessoas com deficiência no âmbito do *Instagram*. Assim, aborda os marcadores sociais da diferença, o entendimento sobre deficiência e sobre o capacitismo com o intuito de compreender esse fenômeno e sua relação com a exclusão social. Para tanto, desenvolveu-se uma pesquisa exploratória, bibliográfica e de abordagem qualitativa. A coleta dos dados se deu por meio do filtro de busca do *Instagram*, com a utilização das *hashtags* e o termo capacitista elegido. Como resultados, observa-se a presença latente de termos capacitistas no universo do *Instagram* que, na maioria das vezes, são utilizados por pessoas sem deficiência, de forma pejorativa e equivocados, reforçando estereótipos negativos e a exclusão social de Pessoas com Deficiência. Conclui-se que o *Instagram* pode ser uma ferramenta e espaço que possibilita a visibilidade das pessoas com deficiência a fim de combater o capacitismo e outras práticas discriminatórias, mas também pode propagar e reforçar esse fenômeno. Ou seja, a mesma ferramenta/espaço pode dirimir ou reforçar o capacitismo e, consequentemente, a inclusão/exclusão dessas pessoas. Além de que impacta diretamente na formação e ressignificação da identidade social desse grupo.

Palavras-chave: marcadores sociais da diferença; capacitismo; pessoa com deficiência; redes sociais; representação da informação.

ABSTRACT: The aim of this paper is to identify representations of ableism that refer to people with disabilities on Instagram. It therefore looks at the social markers of difference, the understanding of disability and ableism in order to understand this phenomenon and its relationship with social exclusion. To this end, an exploratory, bibliographical study was carried out with a quantitative and qualitative approach. Data was collected using Instagram's search filter, using hashtags and the chosen term capacitist. The results show that there is a latent presence of ableist terms in the Instagram universe which, more often than not, are used by non-disabled people in a pejorative and mistaken way, reinforcing negative stereotypes and the social exclusion of people with disabilities. It can be concluded that Instagram can be a tool and space that enables the visibility of people with disabilities in order to combat ableism and other discriminatory practices, but it can also propagate and reinforce this phenomenon. In other words, the same tool/space can eliminate or reinforce ableism and,

consequently, the inclusion/exclusion of these people. It also has a direct impact on the formation and reframing of this group's social identity.

Keywords: social markers of difference; ableism; people with disabilities; social networks; representation of information.

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Na Era da informação, fica cada vez mais fácil a difusão e acesso às informações, além disso, o ato de se comunicar e interagir com outras pessoas também foi modificada e isso se deve bastante ao advento das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), destacando-se aqui as mídias ou redes sociais *online*.

Fragoso (2009) explica que “Raquel Recuero se propõe a pensar as redes sociais na internet reconhecendo-as justamente como agrupamentos complexos instituídos por interações sociais apoiadas em tecnologias digitais de comunicação” (Fragoso, 2009, p. 13).

Nesse sentido, o *Instagram* é um exemplo dessas redes que são bastante populares e populosos em termos de usuários que possuem e utilizam a plataforma. Por meio dele, as pessoas que possuem um usuário podem compartilhar fotos, vídeos, textos e se conectar com um grande número de outros usuários. Ademais, Monteiro, Lima e Pinho Neto (2023) destacam que esses espaços tornaram-se também lugares de preservação e manutenção da memória e da(s) identidade(s).

Essas mídias vêm com o intuito de facilitar o modo de interação e comunicação das pessoas, no entanto, não podemos desconsiderar as problemáticas que as acompanham. Esses espaços têm se tornado, nos últimos anos, palco e ferramenta para disseminação de *fake news*, discursos de ódio, discriminação e muito preconceito, fenômeno que já havia sido previsto na criação do Programa Sociedade da informação como um problema ético (Takahashi, 2000).

Frente ao exposto, não tem como não pensar em como esses espaços ora podem servir de forma positiva como soluções, ora podem se apresentar como problema. A respeito dessa reflexão que se levanta, Suely Fragoso (2009) assevera que

O entusiasmo dos otimistas e dos pessimistas em relação a essa simplificação tem a mesma intensidade. Para os primeiros, a interação pela internet institui ‘comunidades virtuais’ nas quais todos se relacionam em harmonia e igualdade e estão permanentemente dispostos a colaborar uns com os outros. A conexão digital anula as negatividades e as diferenças: nos terminais do Brasil e da China, da Holanda e da Índia, todos são cultos,

bonitos e bem-intencionados. Para os pessimistas, por outro lado, a comunicação mediada por computador esfria as relações e acentua o que há de pior na natureza humana. O ‘ciberespaço’ é o reino da mentira, da hipocrisia, das más intenções (Fragoso, 2009, p. 12).

Explica ainda “[...] que todas as tecnologias de que dispomos, as de comunicação digital inclusive, são produtos de nossas próprias intenções e propósitos. [...] **os modos como nos apropriamos delas, os usos que fazemos, reinventam constantemente suas características**” (Fragoso, 2009, p. 12-13, grifo nosso).

Dessa forma, fica evidente o cerne de toda problemática ética referente a essas tecnologias. Não depende apenas da forma como essas ferramentas são concebidas, mas principalmente da forma como fazemos uso delas. O fator humano geralmente é o ator que utiliza e se apropria dessas tecnologias que, historicamente e filosoficamente, estão imbuídas de dilemas que geralmente ferem os princípios éticos, com discriminação e outras práticas que impactam a sociedade atual.

Historicamente, a sociedade sempre discriminou e marginalizou grupos de indivíduos que não se enquadravam em um determinado padrão de beleza, sendo retratado nas obras de Goffman ([1891]) e Piccolo (2022). Essa discriminação e preconceito, perpetuados ao longo dos anos, resultaram em representações negativas e muitas vezes irreais das pessoas com deficiência (PcD), permeando até hoje, de maneira consciente ou inconsciente, através de termos que atualmente são considerados como capacitistas e excludentes.

Ivan Baron ([2021]) define o capacitismo como qualquer tipo de discriminação e atitude contra a pessoa com deficiência. O autor complementa dizendo que “[...] é um **sistema bem estabelecido na sociedade**, que cria essa nossa divisão, bem como **contribui para a reprodução de práticas e posturas que geram exclusão**” (Baron, [2021], p. 8, grifo nosso).

Com a facilidade trazida pelas Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) e pelas redes sociais online, é fundamental encontrar maneiras de combater esse preconceito e, conseqüentemente, essa exclusão. Nesse sentido, sabe-se que essas mídias já estão sendo bastante utilizadas por influenciadores com deficiência no enfrentamento do capacitismo por meio da mediação de informações que visam desconstruir representações negativas e capacitistas (Marques; Almeida; Lima, 2023).

Mas será que o outro lado, o lado dos “pessimistas” ora citado por Fragoso (2009), também está presente nessas redes? Será que essas redes também se constituem como um

espaço, uma ferramenta para propagar ainda mais o capacitismo? Nesse contexto, essa pesquisa também se propõe responder aos questionamentos ora levantados, buscando identificar representações capacitistas que fazem referência às pessoas com deficiência no âmbito do *Instagram*.

Dessa forma, o artigo explora como o capacitismo se manifesta no ambiente das redes sociais, especificamente no *Instagram* e traz uma discussão das implicações dessas representações para perpetuação de uma identidade social que podem, muitas vezes, estar imbricadas de aspectos negativos e irreais em relação às pessoas com deficiência e sua relação com a exclusão social.

2 CAMINHOS METODOLÓGICOS

A fim de responder a problemática ora apresentada, desenvolveu-se uma pesquisa exploratória para obter maior familiaridade com a problemática ora apresentada, com abordagem qualitativa que propicia o aprofundamento dos fenômenos sociais, considerando os significados, valores e interpretações que os indivíduos atribuem às suas experiências e interações (Gil, 2008).

Envolveu também uma pesquisa bibliográfica com base em materiais já publicados, tais como artigos de periódicos, livros, legislações, monografias, dissertações e anais de eventos a respeito dos assuntos abordados para que houvesse um maior entendimento e para que fosse possível uma interpretação mais qualitativa dos dados coletados.

Além de materiais e autores que abordam os marcadores sociais da diferença (Batista; Perez, 2016), deficiência e capacitismo (Goffman, [1891]; Piccolo, 2020; Santiago, 2009; Mello, 2016; *et al.*), no decorrer da análise, foram abordados conceitos de representação e identidade (Woodward, 2019), relacionando ao contexto das redes sociais *online* (Recuero, 2009) e da sociedade da informação (Takahashi, 2000).

Para coleta de dados realizou-se uma pesquisa empírica no *Instagram*, utilizando as *hashtags* para recuperação dos dados. Nesse sentido, para buscar os termos capacitistas no *Instagram* utilizou-se como estratégia de busca o próprio filtro de busca utilizando a *hashtag* [#] acrescido do termo capacitista escolhido, por exemplo: #retardado. Quanto à seleção dos termos capacitistas, escolheu-se termos que são tidos como culturalmente conhecidos na sociedade, tomando-se ainda como base o *Guia anticapacitista* (Baron, [2021]).

Destaca-se que a *hashtag* é um termo associado a palavras que funcionam como metadados que ajudam a classificar e indexar conteúdos, facilitando a recuperação da informação em mídias sociais como o *Instagram* aqui abordado. É precedida pelo símbolo # (conhecido como cerquilha ou jogo da velha) utilizado nas redes sociais e em outros contextos digitais para categorizar e facilitar a busca por conteúdos específicos, sendo essencial na análise de redes sociais, permitindo a identificação de comunidades, a análise de influenciadores e a visualização de como a informação se propaga através de uma rede.

Compreendendo-se como um recurso para organizar a informação no ambiente das redes sociais, de forma que auxilia não apenas na representação, mas na recuperação da informação (Viana, 2019).

[...] o processo de organização da informação se resulta na representação da informação, ou seja, em um conjunto de elementos descritivos que representam um objeto informacional específico. O objeto informacional é uma unidade de informação organizável, textos, áudios, vídeos, imagens, entre outros. Esse objeto, deve ser representado de maneira clara, de fácil entendimento e de forma resumida, para que ao recuperar o documento, seja possível conhecer o conteúdo sem a necessidade de abrir o arquivo (Viana, 2019, p. 21).

A autora explica ainda que na Ciência da Informação e na Ciência da Computação, a recuperação da informação possui instrumentos que auxiliam na sua organização e recuperação, tais como os tesauros, as taxonomias e as ontologias. No âmbito das redes sociais. Por exemplo, a folksonomia é a forma de representação da informação que prevalece, uma vez que

[...] elas possuem grande potencial para colaboração e disseminação da informações na web. Ela se enquadra no efeito “cauda longa”, que aponta os usuários que pesquisam por informações usando diversas palavras de baixa frequência, que já foram desfavorecidos por vocabulários controlados. É também um tipo de classificação que pode representar bem o usuário de acordo com seu conhecimento (Viana, 2019, p. 38).

“A folksonomia também pode ser chamada de classificação livre de documentos, que é uma forma de definir os modos de participação do usuário para obter a criação de um conhecimento coletivo através de etiquetagem” (Viana, 2019, p. 39).

Na utilização das redes sociais, Recuero (2009) explica que é por meio do uso das *tags* que o usuário expressa sua identidade, sentimentos e conhecimentos, e que, por sua vez, auxiliará na recuperação da informação que foi compartilhada naquele meio.

No contexto da temática “Capacitismo” e outras temáticas de relevância social, a utilização das *hashtags* pode apresentar um impacto positivo ou negativo. Positivo, pois, ao permitir que grupos e movimentos sociais organizem e divulguem informações de maneira acessível e rápida, elas ajudam a conectar indivíduos com interesses comuns, como ainda promove a facilitação da busca por conteúdos relevantes e potencialização da disseminação da informação para um público mais amplo, uma vez que as *hashtags* agrupam as postagens com aquelas mesma etiquetas. Em termos de acessibilidade, isso pode ser fundamental para aumentar a visibilidade de discussões sobre o capacitismo, ampliando o alcance de conteúdos que abordam a inclusão e a acessibilidade.

No entanto, embora essa ferramenta possa promover a criação de conhecimento coletivo através da participação ativa dos usuários, acredita-se também que pode apresentar alguns problemas, como por exemplo, a falta de padronização, já que diferentes usuários podem utilizar etiquetas inconsistentes ou pouco precisas, dificultando a recuperação eficiente da informação; o excesso de *tags* irrelevantes, que pode ocorrer quando os usuários adicionam etiquetas subjetivas ou inadequadas, gerando ruído na busca. Além disso, está sujeita a manipulações, como o uso de *tags* populares para atrair cliques, sem que o conteúdo seja realmente relacionado.

Dessa forma, as *hashtags* são uma forma de representação da informação colaborativa e descentralizada, pois é realizada com base na ação coletiva dos usuários. Assim, as *hashtags* são ferramentas poderosas que têm um impacto significativo na maneira como a informação é gerenciada, organizada e estudada, sendo de grande interesse para a Ciência da Informação.

3 COMPREENDENDO OS MARCADORES SOCIAIS DA DIFERENÇA

Para as Ciências Sociais “os marcadores sociais da diferença, como são designadas essas classificações, são variáveis explicativas para a desigualdade e hierarquização socioeconômica” (Batista; Perez, 2016, p. 24).

As autoras explicam ainda que: “As áreas da Sociologia e da Antropologia já consolidaram como marcadores o gênero, a raça, a orientação sexual e a classe social; e, mais recentemente, têm voltado seus olhares para outros marcadores como **a deficiência e a idade**” (Batista; Perez, 2016, p. 24, grifo nosso).

Em outros termos, compreendem-se esses marcadores sociais como as diferenças sociais, culturais (de idade) e econômicas que podem gerar barreiras na efetivação de seus direitos existentes em nossa sociedade.

A respeito disso, Márcia Camila Batista e Olívia Perez (2016) mencionam que os grupos marcados socialmente têm se organizado cada vez mais e das mais diferentes formas para poderem tentar dialogar com o Estado na tentativa minimizar essas barreiras.

Nesse ínterim, percebe-se que o protagonismo social, a participação política pode ser um dos caminhos para compreensão dessas diferenças e da própria inclusão desses grupos na sociedade. Outros caminhos para essa compreensão e inclusão é o estudo desses marcadores nas diversas áreas do conhecimento sempre na busca por resolver as problemáticas que giram em torno desses grupos e marcadores.

Nesse sentido, a CI contribuirá para o estudo desses marcadores, por meio de suas abordagens teóricas, nas suas subáreas e por meio dos próprios grupos de trabalhos de pesquisa do Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (ENANCIB).

3.1 Marcador “Deficiência” e o capacitismo

Inicia-se esse tópico, contextualizando a Pessoa com Deficiência a partir de seu sentido da palavra, na história e na sociedade, iniciando com a definição do capacitismo, seguido do termo acessibilidade e, por último, a tão discutida e desejada inclusão.

Historicamente a vida da PcD foi e é marcada por muitos episódios de discriminação, preconceito, rejeição e, conseqüentemente, de exclusão. A Lei n.º 13.146, de 06 de julho de 2015, conhecida como o Estatuto da Pessoa com Deficiência, considera PcD “aquele indivíduo que possui algum impedimento de longo prazo, seja ele físico, mental, sensorial ou intelectual que se não lhe for oferecida condições de igualdade podem ter seu exercício de cidadania negado ou obstruído” (Brasil, 2015).

Com essa definição se pode desfazer um mito e uma forma muito equivocada que as pessoas utilizam para se referir a PcD, que é a utilização do termo “Portadores de Deficiência”. Geralmente as deficiências são condições irreversíveis ou de longo prazo como a própria definição menciona.

Registros históricos da civilização apontam que muitas foram as nomenclaturas dadas e utilizadas para designar as Pessoas com Deficiência. A própria legislação é uma evidência desta afirmação. Analisando a evolução da Legislação brasileira voltada a PcD constata-se que em muitos momentos refere-se à PcD como “portadora de deficiência” e “excepcionais”, como pode ser visualizado na Lei n.º 7.853, de 24 de outubro de 1989 que “dispõe sobre o apoio às pessoas **portadoras de deficiência** [...]” (Brasil, 1989, grifo nosso).

Essas designações levantam muitos questionamentos e dúvidas ainda hoje sobre como e qual a maneira correta de tratar uma pessoa que possui uma ou várias deficiências. Sandra Santiago (2009) enfatiza a necessidade de se entender e delimitar o conceito da pessoa com deficiência e explica que

[...] é importante destacar que a expressão ‘**pessoa com deficiência**’ é relativamente nova no cenário acadêmico. Por muito tempo expressões como ‘anormais’, ‘alienados’, ‘idiotas’, ‘imbecis’, ‘retardados’, ‘excepcionais’, etc. foram amplamente aceitas e utilizadas sempre que se fazia referência àqueles que portavam algum tipo de marca ou diferença corporal ou mental (Santiago, 2009, p. 117, grifo nosso).

É possível encontrar registros desde os primeiros registros da humanidade, quando em vários momentos são feitas referências às pessoas que possuíam alguma deformidade. Existia também a confusão entre doença e deficiência e só como passar dos anos, com o avanço da ciência e o aumento da quantidade de pesquisas na área é que foi possível fazer a distinção entre esses dois termos (Santiago, 2009).

No entanto, Sassaki (2005, p. 1) explica que por mais que exista tanta discussão em torno de qual é a nomenclatura mais correta, é importante deixar claro:

[...] que jamais houve ou haverá um único termo correto, válido definitivamente em todos os tempos e espaços, ou seja, latitudinal e longitudinalmente. A razão disto reside no fato de que a cada época são utilizados termos cujo significado seja compatível com os valores vigentes em cada sociedade enquanto esta evolui em seu relacionamento com as pessoas que possuem este ou aquele tipo de deficiência.

Partindo deste pressuposto, na sequência, traz-se à discussão o conceito de “capacitismo” que embora seja um termo ainda bastante desconhecido na sociedade, em sua essência é uma prática discursiva e social que acontece nos meios sociais: a discriminação e o preconceito contra a PcD.

O surgimento do termo “capacitismo” no Brasil surge da necessidade de uma categoria na língua portuguesa que possibilitasse a expressão da “noção de discriminação por motivo de deficiência”. Nesse sentido, Anahi Mello (2016, p. 3267) explica que

[...] a exemplo de Portugal, passemos a adotar no Brasil a tradução de **ableism** para capacitismo na língua portuguesa, por duas razões principais: a primeira é a demanda de urgência para visibilizar uma forma peculiar de opressão contra as pessoas com deficiência e, por consequência, dar maior visibilidade social e política a este segmento; a segunda [...], para desconstruir as fronteiras entre [pessoas com e sem deficiência] (Mello, 2016, p. 3267).

Baron ([2021]) apresenta três tipos de capacitismo: o médico (quando relaciona as deficiências como doenças); o recreativo (muito utilizado por humoristas em que fazem piadas com as deficiências com a finalidade de divertir um público); e o institucional (frequentemente encontrado em instituições/empresas ao contratarem a PcD e não as tratar com equidade, não promover acessibilidade etc.).

Em síntese, o capacitismo pode ser compreendido como a discriminação com a PcD, voltado a limitação de que a PcD é menos capaz ou não tem capacidade para fazer algo devido a sua condição. A imposição por outrem do que a PcD tem a capacidade ou não de fazer, de exercer, de ser.

Nesse sentido do que a PcD tem a capacidade de realizar ou não, traz-se à tona o conceito de acessibilidade, na qual a NBR 9050:2020 em consonância com a Lei 13.146, de 06 de julho de 2015 (Estatuto da PcD) definem acessibilidade como:

[...] possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privado de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida (ABNT, 2020).

Dessa forma, a acessibilidade é estudada nas mais diversas áreas e sob os mais variados aspectos. Cabe destacar, por exemplo, a arquitetura, que se preocupa com aspectos de adequação dos espaços urbanos e das edificações, objetivando eliminar as barreiras físicas de acesso; e a informática, que se ocupa em criar *softwares*, *hardwares*, padrões/recomendações como os do *World Wide Web Consortium* (W3C) e WCAG2, etc.

Ainda sobre a acessibilidade, pode-se defini-la como um meio de promover às pessoas, independentemente de suas limitações, a garantia de seus direitos e o acesso igualitário a todos os serviços, de saúde, educação, informação etc. Pode ser considerada ainda um caminho para a tão desejada inclusão, pois, por meio dela, as pessoas com deficiência encontram instrumentos e recursos para realizar determinadas atividades com segurança e autonomia, possibilitando-lhes o efetivo exercício da cidadania.

Quanto ao conceito de inclusão, Canziani (2010) define como

[...] um paradigma que estabelece que as políticas, programas, serviços sociais e a própria comunidade devem planificar-se ou adaptar-se para garantir o desenvolvimento de todas as pessoas, respeitando e aceitando as diferenças de cada cidadão (Canziani, 2010, p. 353).

Em outras palavras, a inclusão é o exercício pleno e efetivo da cidadania, é poder ter condições de acesso a todos os serviços, bem como seus direitos de cidadão garantidos. Pode-se dizer que é promovida por fatores externos, como recursos de acessibilidade, ações governamentais, normas sociais, legislações, como ainda pelo fator interno referente ao sentimento de pertencimento de cada indivíduo à sociedade em que está inserido.

Dessa forma, a PcD sempre existiu na história, em alguns momentos estando menos ou mais evidentes na sociedade, muitas vezes rejeitados, escondidos, discriminados por crenças limitantes de sua capacidade e, conseqüentemente, excluídos. Nesse entremeio, vão surgindo condições, recursos, instrumentos legais que possibilitam a PcD a exercer o pleno exercício da cidadania e, com isso, sentirem-se mais inclusas e pertencentes à sociedade na qual então inseridas.

Acredita-se que outro caminho possível para auxiliar nesse processo de inclusão social da PcD é a ressignificação de sua identidade social, que é a forma que a sociedade enxerga e representa esses indivíduos. E em meio a tantas facilidades, como é o caso da difusão da informação por meio das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC), fica cada vez mais emergente utilizá-las como ferramenta indispensável nesses processos de ressignificação e inclusão.

4 DESVENDANDO O #CAPACITISMO NO INSTAGRAM

Apresentam-se neste ponto algumas considerações a respeito dos dados coletados sobre os termos capacitistas utilizados na mídia social *Instagram*. Acredita-se que tal análise é de suma importância para compreender como essas práticas de comunicação e representação nas redes sociais *online* podem perpetuar estereótipos e discriminações contra as Pessoas com Deficiência.

Lembra-se que o capacitismo pode ser definido como a discriminação e preconceito contra a Pessoa com Deficiência, e que, embora esse termo seja relativamente recente, a discriminação e o preconceito são fenômenos que a Pessoa com Deficiência tem vivenciado/enfrentado desde os tempos mais remotos até os dias atuais. Vale ressaltar que estes colaboraram para a formação de uma representação muitas vezes negativa e irreal dessas pessoas, propiciando um cenário de marginalização e exclusão destas na sociedade.

Sobre essa questão de representação, Katryn Woodward (2019, p. 17-18) explica que esta “[...] inclui práticas de significação e os sistemas simbólicos por meio dos quais os significados são produzidos, posicionando-nos como sujeito”.

Nesse sentido, compreende-se que,

É por meio dos significados produzidos pelas representações que damos sentido à nossa experiência e àquilo que somos. Podemos inclusive sugerir que esses sistemas simbólicos tornam possível aquilo que somos e aquilo no qual podemos nos tornar. A representação, compreendida como um processo cultural, estabelece identidades individuais e coletivas [...] (Woodward, 2019, p. 18).

Nesse aspecto, faz-se entender ainda que a questão da representação está diretamente relacionada à identidade, de forma que o modo pela qual somos vistos e representados perante a sociedade pode impactar na formação da nossa identidade social.

Frente ao exposto, pode-se dizer que o capacitismo foi resultado das representações que formaram a identidade social da Pessoa com Deficiência, e que, elas se retroalimentam, em um movimento cíclico, fazendo com que o capacitismo nasça das inúmeras representações negativas, e essas representações geram o capacitismo.

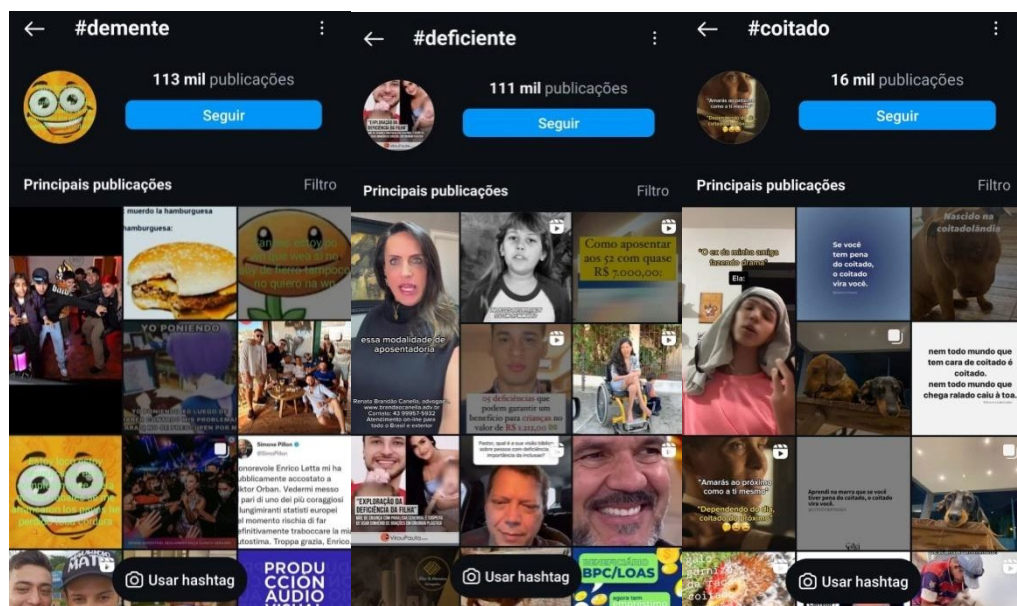
Assim, sabendo que a maioria dessas representações sobre a Pessoa com Deficiência surgiu no período da Antiguidade e vêm sendo reproduzidas até os dias atuais das mais diversas formas e suportes informacionais, destaca-se aqui o papel das TIC/TDIC e da

informação nesse processo, uma vez que essas tecnologias facilitaram e vem facilitando cada vez mais a geração, disseminação, mediação e acesso a essas informações.

Dessa forma, sabe-se que muitos influenciadores com deficiência têm feito uso dessas tecnologias, mas precisamente das mídias sociais para dar visibilidade e minimizar a questão do capacitismo (Marques; Almeida; Lima, 2023). No entanto, considerando que nem todas as pessoas que utilizam essas ferramentas utilizam de uma forma positiva, buscou-se identificar a utilização de termos capacitistas pelas pessoas no ambiente do *Instagram*.

Dessa forma, para escolher os termos capacitistas a serem pesquisados no *Instagram* tomou-se como base o *Guia Anticapacitista* (Baron, [2021]). Os termos escolhidos foram “demente”, “deficiente”, “retardado”, “aleijado” e “coitado” figuras 1 e 2.

Figura 1 – Termos capacitistas – “demente”, “deficiente” e “coitado”



Fonte: Dados da pesquisa (2024).

Na figura 1, podem-se observar as três *hashtags* com os termos capacitistas selecionados mais reproduzidos no *Instagram*, sendo “demente” com 113 mil publicações, “deficiente” com 111 mil e “coitado” com 16 mil publicações. Observou-se que as principais publicações que são aquelas que ficam nos blocos iniciais, foram realizadas por pessoas sem deficiência ou instituições.

No entanto, identificaram-se algumas publicações realizadas por pessoas com deficiência. Infere-se que a utilização do termo capacitista pela Pessoa com Deficiência geralmente pode estar atrelada a uma estratégia para maior recuperação e visibilidade de seu conteúdo, o que de toda forma pode ser problemático, pois pode reforçar ainda mais o capacitismo.

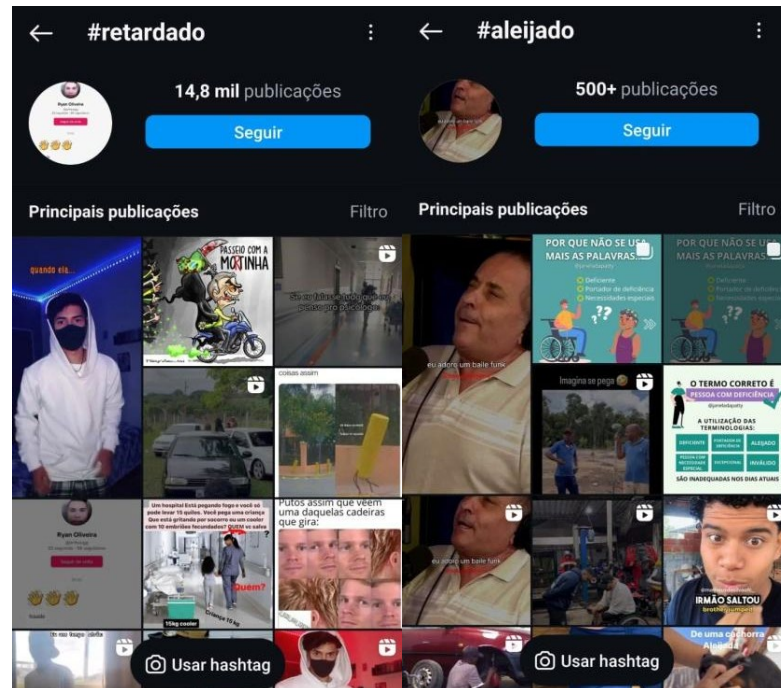
Sobre a utilização desses termos, explica-se que o termo “demente” é profundamente ofensivo e estereotipado, pois reduz uma pessoa a uma condição de demência, desconsiderando sua dignidade e individualidade. Usá-lo contribui para a perpetuação de estereótipos negativos sobre pessoas com condições cognitivas ou mentais, como a doença de Alzheimer. Deve-se usar termos como "pessoa com demência" ou "pessoa com doença de Alzheimer" para reconhecer a condição sem desumanizar o indivíduo.

Já o termo “deficiente” é reducionista e desrespeitoso, colocando a deficiência como uma característica. Este termo carrega uma conotação negativa, implicando que a pessoa é "menos capaz" ou "incompleta". O termo correto é "Pessoa com Deficiência", colocando a pessoa em primeiro lugar e reconhecendo sua identidade além de sua condição. O termo “Pessoa com Deficiência” foi escolhido na Convenção dos Direitos da PcD proclamada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2006 (Baron, [2021]).

Sobre o termo “coitado” é frequentemente usado para descrever pessoas com deficiência, sugerindo que elas são dignas de pena, diminuindo a dignidade e a capacidade das pessoas, reduzindo-as a objetos de compaixão em vez de indivíduos completos com habilidades, aspirações e direitos. A representação "coitado" é tão enraizada culturalmente na sociedade, que influenciou na formação de uma das identidades sociais das pessoas com deficiência (PcD). Carla Vendramin (2019, p. 19-20) explica que o estereótipo trágico-herói atua fixando o imaginário sobre a identidade de pessoas com deficiência nos estigmas do herói (discurso de superação) ou do **coitado-trágico (discurso da caridade/emocionalidade)** (grifo nosso).

Os outros dois termos pesquisados foram “retardado” e “aleijado”, o primeiro com 14,8 mil publicações e o segundo com cerca de 500, como pode ser visto na figura 2.

Figura 2 – Termos capacitistas: “retardado” e “aleijado”



Fonte: Dados da pesquisa (2024).

Embora o termo “aleijado” tenha sido utilizado em 500 publicações, o que representa uma grande diferença em comparação com outros termos, pode-se inferir que esta expressão está caindo em desuso. No entanto, não podemos desconsiderá-lo, pois no fenômeno das mídias sociais, tudo pode ser rapidamente resgatado ou reinventado.

Assim como os demais termos, o termo “retardado” e “aleijado” trazem grandes problemáticas em torno de uma representação estigmatizada. Sobre o termo capacitista “retardado”, pode-se dizer que é um dos termos mais ofensivos e desumanos usado para descrever pessoas com deficiência intelectual. Durante muito tempo na história humana ocidental, “[...] esse adjetivo foi utilizado para se referir pejorativamente aos indivíduos com deficiência intelectual – mais diretamente aos autistas e às pessoas com Síndrome Down” (Baron, [2021]). A forma mais adequada para se referir a essas pessoas é “pessoa com deficiência intelectual”, “pessoa com necessidades especiais de aprendizagem” e até mesmo especificando a própria deficiência ou condição.

Quanto ao termo “aleijado”, Baron ([2021]) explica que o dicionário define aleijado como aquele que possui alguma perda física. No entanto, ao utilizarmos esse termo de forma

pejorativa para se referir que alguém está com preguiça ou algo semelhante, acaba reforçando o pensamento de que a PcD física não pode ter uma vida com independência.

Ressalta-se que, além dos termos citados, existem muitos outros que também são utilizados de forma capacitista. No entanto, focou-se especificamente nesses termos devido à sua significativa repercussão cultural e impacto na sociedade.

Por ora, observa-se que o uso de termos capacitistas como os mencionados têm um impacto profundo no que se refere à formação da identidade social da PcD e na sociedade em geral. Esse tipo de representação perpetua estereótipos negativos, contribuem ainda mais para a discriminação, marginalização e, conseqüentemente, a exclusão social dessas pessoas.

5 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, levando em consideração o questionamento e objetivo da pesquisa, foi possível identificar milhares de publicações em que foram utilizados termos capacitistas para representar algum conteúdo no *Instagram*, termos estes que propagam e reforçam o capacitismo e a exclusão social das Pessoas com Deficiência.

Nesse sentido, conclui-se que o *Instagram* pode ser uma ferramenta e espaço que possibilita a visibilidade das pessoas com deficiência a fim de combater o capacitismo e outras práticas discriminatórias, mas também pode propagar e reforçar esse fenômeno. Ou seja, a mesma ferramenta/espaço pode dirimir ou reforçar o capacitismo e, conseqüentemente, a inclusão/exclusão dessas pessoas, impactando diretamente na formação e ressignificação da identidade social desse grupo.

Numa sociedade em que as tecnologias e o acesso à informação são e estão cada vez mais disponíveis, faz-se necessário utilizá-las para educar e conscientizar as pessoas sobre o impacto desses termos e incentivar o uso de terminologia respeitosa.

Acredita-se que a CI pode contribuir muito com a discussão através de estudos na perspectiva da representação, mediação e do estudo da própria memória e identidade em busca de dirimir as problemáticas em torno da Pessoa com Deficiência e outros grupos historicamente discriminados.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR9050**: acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. 2. ed. Rio de Janeiro: ABNT, 2020.

BARON, I. **Guia anticapacitista**. [Natal: s. n., 2021].

BATISTA, M. C. A.; PEREZ, O. C. Participação política e marcadores sociais da diferença: reflexões sobre o tema no campo da ciência política. **Conexão política**, Teresina, v. 5, n. 1, 23-34, jan./jun. 2016.

BRASIL. Lei n.7.853, de 24 de outubro de 1989. Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde, [...]. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 25 out. 1989.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 3 dez. 2023.

CANZIANI, M. de L. B. Maria de Lourdes Brenner Canziani [Entrevista]. In: LANNA JÚNIOR, M. C.M. (comp.). **História do movimento político das pessoas com deficiência no Brasil**. Brasília: SDH; SNPDPcD, 2010. p. 353.

FRAGOSO, S. Apresentação. In: RECUERO, R. **Redes sociais na internet**. Porto Alegre: Sulina, 2009. p. 11-14.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOFFMAN, E. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, [1891].

MARQUES, G. M. P.; ALMEIDA, I. R. de; LIMA, I. F. de. Mediação da informação em redes sociais por pessoas com deficiência. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 23., Aracaju-SE, 2023. **Anais [...]**. Aracaju-SE: ANCIB, 2023. Disponível em: <https://enancib.ancib.org/index.php/enancib/xxxiiienancib/paper/viewFile/1801/1071>. Acesso em: 18 jun. 2024.

MELLO, A. G. de. Deficiência, incapacidade e vulnerabilidade: do capacitismo ou a preeminênciacapacitistaebiomédicadoComitêdeÉticaemPesquisadaUFSC. **Ciência & saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 10, p. 3265-3276, out. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/J959p5hgv5TYZgWbKvspRtF/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 11 jan. 2024.

MONTEIRO, E. M. A.; LIMA, I. F. de; PINHO NETO, J. A. S. de. Tecnologias digitais da informação e comunicação na preservação da memória e da identidade cultural de comunidades tradicionais. **Páginas a&b**: arquivos e bibliotecas, Porto, s. 3, n. 19, p. 3–18, 2023. Disponível em: <https://ojs.letras.up.pt/index.php/paginasueb/article/view/13168>. Acesso em: 18 jun. 2024.

PICCOLO, G. M. **O lugar da pessoa com deficiência na história:** uma narrativa ao avesso da lógica ordinária. Curitiba: Appris, 2022.

RECUERO, R. **Redes sociais na internet.** Porto Alegre: Sulina, 2009.

SANTIAGO, S. A. Da S. Exclusão e deficiência: primeiras aproximações teóricas. *In:* RICHARDSON, R. J. (org.). **Exclusão, inclusão e diversidade.** João Pessoa: Editora universitária (UFPB), 2009. 315 p.

SASSAKI, R.K. **Como chamar as pessoas que têm deficiência?** São Paulo: [s.n.], 2005.
Disponível em: <https://napne.ifbaiano.edu.br/portal/?p=11>. Acesso em: 20 jun. 2024.

TAKAHASHI, T. (org.) **Sociedade da informação no Brasil:** Livro verde. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2000.

VENDRAMIN, C. Repensando mitos contemporâneos: o capacitismo. *In:* SIMPÓSIO INTERNACIONAL REPENSANDO MITOS CONTEMPORÂNEOS, 3., 2019. **Anais [...].** Campinas, SP: UNICAMP, 2019. p. 16-25. Disponível: https://eadeje.tse.jus.br/pluginfile.php/176765/mod_resource/content/1/Capacitismo.pdf. Acesso em: 10 jun. 2024.

VIANA, J. Q. **A recuperação da informação em redes sociais:** o uso e aplicação das hashtags #. 2019. 146 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Gestão Estratégica da informação) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/32521>. Acesso em: 16 set. 2024.

WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. *In:* SILVA, T. T. da. **Identidade e diferença:** a perspectiva dos estudos culturais. 15. ed. 5. reimpr. Rio de Janeiro: Vozes, 2019.